

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P.

Aviso n.º 19148/2010

1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril e por Deliberação do Conselho Directivo do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P., de 28 de Julho de 2010, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação na Bolsa de Emprego Público (BEP), o procedimento concursal para a nomeação em regime de comissão de serviço no cargo de direcção intermédia de 2.º grau do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P.

2 — Cargo: Chefe de Departamento;

3 — Área de Actuação: Departamento de Infra-estruturas da Direcção de Serviços de Infra-estruturas e Ambiente, previsto na alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º dos Estatutos do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, publicados em anexo à Portaria n.º 544/2007, de 30 de Abril, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 83, de 30 de Abril de 2007.

4 — Requisitos gerais de provimento: os constantes do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeadamente a posse de pelo menos quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício seja exigido uma licenciatura.

4.1 — Requisitos especiais: Licenciatura em Engenharia Civil, detentor de título profissional da Ordem dos Engenheiros.

5 — Perfil pretendido:

a) Competência e aptidão técnica para o exercício do cargo, capacidade de liderança, organização, gestão de motivações e iniciativa;

b) Formação e experiência profissional, em especial relacionada com a área funcional posta a concurso e preferencialmente no domínio marítimo-portuário;

c) Conhecimento dos princípios das normas ISO 14001:2004, OSHA 18001:2003, ISO 9001:2000;

d) Conhecimento dos programas e planos de financiamento e investimentos públicos;

e) Conhecimento das novas infra-estruturas e tecnologias portuárias que promovam a intermodalidade e a especialização dos portos;

f) Conhecimentos de legislação de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho e ambiente aplicáveis;

g) Domínio da legislação da contratação pública;

h) Capacidade de gerir contratos de empreitada e de prestação de serviços;

i) Conhecimento dos processos de operações de dragagem;

j) Conhecimento dos processos de diagnóstico e de manutenção de infra-estruturas portuárias;

k) Capacidade para supervisionar a execução, fiscalização e acompanhamento de obras;

l) Conhecimentos de processos de gestão cadastral baseados em Sistemas de Informação Geográfica.

6 — Método de Selecção: no presente concurso será utilizada a avaliação curricular e entrevista pública, recaindo a selecção no candidato que, em sede de apreciação curricular e entrevista pública, melhor corresponda ao perfil desejado para desempenhar o cargo.

7 — Formalização das candidaturas:

a) As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento, com indicação e prova dos requisitos formais de provimento, acompanhado do currículo do candidato, datado e assinado, com documentos comprovativos dos factos alegados;

b) Os candidatos que sejam trabalhadores constantes do mapa de pessoal do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P. ficam dispensados da apresentação do comprovativo dos requisitos formais de provimento;

c) Os requerimentos devem ser dirigidos ao Presidente do Conselho Directivo do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P., remetido pelo correio com aviso de recepção e expedido até ao termo do prazo limite para a apresentação das candidaturas ou entregue pessoalmente, no mesmo prazo, no Edifício Vasco da Gama, Rua General Gomes de Araújo, 1399-055 Lisboa;

d) Em caso de dúvida, o júri poderá exigir a qualquer dos candidatos os esclarecimentos ou a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

8 — Os candidatos serão notificados do resultado do procedimento concursal, não havendo lugar a audiência dos interessados, conforme estabelece o n.º 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

9 — Constituição do júri:

Dra. Maria Isabel Ferreira Pinto Guerra, Vogal do Conselho Directivo, que preside;

Dra. Maria Alexandra Esgalhado Henriques, Directora do Gabinete de Controlo e Gestão de Desempenho do Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P.;

Professor Auxiliar António Alberto Pires Silva do Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura do Instituto Superior Técnico.

10 — Publicitação: o aviso do procedimento concursal será publicado na BEP, no prazo de 2 dias úteis a contar da publicação do presente aviso, podendo ser consultado em www.bep.gov.pt.

Data: 20 de Setembro de 2010. — Nome: *Miguel Sequeira*, Cargo: Presidente do Conselho Directivo

203716259